

O Fio de Ariadne: Cultura e Classes Sociais no Labirinto da Pós-Modernidade

Glauber Lopes Xavier¹

RESUMO

Caótica, a pós-modernidade desafia, com toda força, o pensamento. Neste ensaio pretende-se argumentar, a partir da apreensão de suas condições, a fragilidade do conceito de classes sociais encontrado nos escritos de Marx. Sabe-se que as transformações políticas, sociais, estéticas, econômicas e culturais têm alterado, substancialmente, a natureza do espaço, conturbando as relações entre suas três dimensões: a física, a social e a mental. A vertigem que ocupa tais relações pode ser apreendida a partir de alguns elementos que conformam a cidade contemporânea, caleidoscópio cultural das transubstanciações pós-modernas, como o consumo e a comunicação virtual, instaurando uma multiplicidade de relações e inaugurando um período no qual o valor-desígnio, resultante da prestação social dos objetos, tem sobrepujado o valor-deuso, por exemplo.

Palavras-chave: Cultura. Classes sociais. Modernidade. *Rizoma*.

ABSTRACT

Chaotic, post-modernity challenges with full force, thought. This essay intends to argue, from the seizure of their conditions, the fragility of the concept of social classes found in the writings of Marx. It has been the political, social, aesthetic, economic and cultural changes have substantially the nature of space, thereby impeding the relationships between its three dimensions, physical, social and mental. Vertigo occupying such relationships can be learned from some of the elements that make up the contemporary city, cultural kaleidoscope of transubstantiations postmodern, such as consumption and virtual communication by introducing a multiplicity of relations and ushering in a period in which the value of-sign, resulting from the provision of social objects, has surpassed the value-of-use, for example.

Keywords: Culture. Social classes. Modernity. Rhizome.

¹UEG. Email: glauber.xavier@ueg.br

DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE: BREVES APONTAMENTOS SOBRE AS CLASSES SOCIAIS

Desafiadora, a pós-modernidade se nos apresenta nos moldes de um labirinto cuja saída tem tornado frágeis e insustentáveis conceitos até então considerados inquestionáveis. Levando em conta as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que marcaram o mundo a partir dos anos 1970, é inviável elaborar concepções teóricas que prescindam de um real tecido em polaridades, como a clássica antinomia burguesia x proletariado. Essa afirmação assegura-se no fato de que tais mudanças colocaram em proeminência elementos atinentes à reprodução das relações sociais, sobrepujando a produção e seus aspectos da ordem econômica. Mais que investigar a lógica da acumulação de capital urge apreender os mecanismos culturais que permitem sua sobrevivência e, fundamentalmente, os rearranjos entre as camadas sociais e suas manifestações simbólicas no cotidiano.

É nessa perspectiva que se deve privilegiar a cultura, do que seria pertinente cunhar alguns questionamentos: é possível sair em defesa de uma perspectiva revolucionária que prescindia tão somente das condições econômicas ou, ainda, seria percuciente partir das condições econômicas que conformam as classes sociais considerando a primazia do *valor de signo*, conforme enunciou Baudrillard, por sobre o valor de uso e o valor de troca? Tecer estes questionamentos não significa negar os postulados marxistas, mas considerá-los a partir de uma determinada condição sócio-histórica, a qual requer um novo paradigma de análise. Sobre esse novo paradigma, Touraine (2005) assevera que:

Foi longo o período em que descrevemos e analisamos politicamente a realidade social: a desordem e a ordem, a paz e a guerra, o poder e o Estado, o rei e a nação, a República, o povo e a revolução. Depois a revolução industrial e o capitalismo se liberaram do poder político e aparecem como a “base” da organização social. Substituímos então o paradigma político por um paradigma econômico e social: classes sociais e riqueza, burguesia e proletariado, sindicatos e greves, estratificação e mobilidade social, desigualdades e redistribuição passaram a ser as nossas categorias mais usuais de análise. Hoje, dois séculos após o triunfo da economia sobre a política, essas categorias “sociais” tornaram-se confusas e deixam na sombra uma grande parte de nossa experiência vivida. Daí a necessidade que temos de um novo paradigma, visto não podermos regressar ao paradigma político, sobretudo porque os problemas ganharam uma importância tal que o pensamento social tem de se organizar à sua volta. (TOURAINÉ, 2005, p. 9)

Antes de adentrar os aspectos ligados à cultura e às classes sociais, cabe, porém, apresentar este período histórico, o qual se estabelece a partir do século XVI, que se convencionou chamar de modernidade e, mais especialmente, o estágio em que seus elementos encontram-se num patamar de avanço sem precedentes, a modernidade tardia ou alta modernidade ou até mesmo pós-modernidade, como prefiro afirmar.

A modernidade consiste, historicamente, em uma transformação abissal no campo da política, da economia, da sociedade e da cultura, ensejada, por seu turno, pela ascensão da burguesia e suas representações e a conformação de um proletariado cuja aparente liberdade instaura-se no direito de vender única e exclusivamente sua força de trabalho. Claramente constituídas, essas classes perfaziam a organização social nos tempos de Marx, movendo seus estudos e escritos políticos, a exemplo do *Manifesto Comunista*. De igual clareza consistia a produção do valor na medida em que a atividade industrial correspondia à principal atividade econômica na Inglaterra, lócus das investigações de Karl Marx.

Estavam sólidas, pois, as peças desse mosaico que é a sociedade moderna, de tal maneira que era possível, com base em um modelo de conhecimento ainda fundamentalmente alicerçado no objetivismo, esmiuçá-lo a fim de se atingir a correspondência entre seus fragmentos. O aparente não se fazia, naquele período, tão eficaz e indispensável para as análises como em tempos hodiernos, quando as representações, os discursos, os constructos ideológicos agem por sobre a realidade, havendo, portanto, um efeito real daquilo que é inerente ao plano fantasmagórico como enunciou Marx (2004).

Negar esse plano é se voltar à contramão de um verdadeiro materialismo, o qual não se enreda pelo aspecto econômico, mas pela matéria no que ela reserva de concretude e abstração, ou seja, no que significa enquanto mercadoria, mas também obra, fruto de relações sociais, as quais, na pós-modernidade, turvam a apreensão do que é essencial aos fenômenos porque também se apresentam enquanto altamente essenciais. A fim de se promover uma rotação na relação entre o pensamento e o real, é preciso verter a lógica de um materialismo economicista, isto é, considerar mais as mediações do que os processos mediados, mais o *continuum* ou *modus operandi* do que os resultados históricos que compõem o inventário da modernidade. Com efeito, esse esforço do pensamento, não poucas vezes equivocado, incoerente, absoluta e completamente insustentado, descortina as armadilhas da história.

Os fenômenos relutam em manifestar, por um lado, a nossa esterilidade enquanto agentes de sua apreensão e, por outro, as infindáveis possibilidades que temos de desenhar o curso dos acontecimentos com base naquilo que detemos sobre a humanidade. Finalmente, os fenômenos estão prenhes do devir, ora trazendo à cena episódios que evocam a sociedade liberal clássica

de meados do século XIX, ora apresentando novos atores e novos papéis, como a relevância da retórica nos processos econômicos atinentes ao capital financeiro atual. Neste particular, é curioso o fato de que os discursos engendrados, embora se refiram a um capital fictício, desprovido de substância, na tentativa de equilibrá-lo, promove efeitos reais. À reificação em segundo plano que se tornou a ciência econômica moderna, conforme elucidou Leda Paulani (2005), deve se voltar uma dialética em segundo plano. Não mais uma dialética da mercadoria e o homem, mas uma dialética que leve em conta a relação homem-mercadoria-linguagem.

Em *Para uma crítica da economia política do signo*, Jean Baudrillard (1995) anuncia essa tarefa a ser cumprida. Ao cunhar a noção de valor de signo, Baudrillard supera a relação valordeuso/valordetroca que se colocou permanentemente intransponível na obra de Marx. Com este termo, o de valor de signo, torna-se possível apreender a complexidade de uma pós-modernidade ainda por decifrar. O signo, presença-ausência militante no nosso cotidiano, é, numa leitura semiótica, a linguagem por excelência da sociedade de consumo, da sociedade urbana pós-industrial ou, como bem colocou Henri Lefebvre (1972), da *sociedade burocrática de consumo dirigida*. A partir dos incontáveis signos, são constituídos sistemas e subsistemas que qualificam a *miséria do cotidiano* (LEFEBVRE, 1961), obstruindo a criatividade em múltiplos aspectos. Na esfera do trabalho isso é sintoma candente. Onde estão, nela, as classes sociais rigidamente conformadas, claramente delineadas e cindidas? Ora, e se leva em conta uma sociedade cujas revoltas sociais têm se estabelecido na virtualidade enquanto *locus* de anúncio, tendo como motivações não apenas o aumento de preços disso ou daquilo, mas também a defesa de direitos sexuais, étnico-raciais, dentre outros.

É patente como essas questões não foram devidamente colocadas pelo marxismo contemporâneo, ao menos pela maioria dos estudiosos que se identificam como tal. Seguramente Henri Lefebvre fora o marxista que melhor dera conta deste emaranhado de problemáticas atinentes ao conturbado, impactante e desafiador século XX. Durante os noventa anos em que viveu, esse pensador se esforçou na apreensão de processos cuja rapidez exigiram constantes releituras de grandes pensadores como Hegel, Marx e Nietzsche, segundo o próprio Lefebvre (1976), os três teóricos, por excelência, da modernidade. Em Hegel, a modernidade está na afirmação do Estado, sua solidez e firmamento. Em Marx, no trabalho alienado, produtor de mercadorias em quantidade sem precedentes. Em Nietzsche, na vontade de potência, de transformação total, de ruptura com o tédio do cotidiano. Um exercício de análise histórica atestam esses postulados, uma vez que o século XX foi marcado pelo surgimento de dezenas de estados-nações. Ademais, pelo fato de que nesse século se estabeleceu o chamado fordismo, período áureo do capitalismo e da disseminação de seus valores e ideologias de toda sorte.

Finalmente, tratou-se do século das irrupções juvenis em busca de novas formas de vida, portanto, lutas eminentemente culturais, deflagradas por agrupamentos sociais dos mais diversos extratos de renda e com objetivos que extrapolavam o campo da produção. Neste particular, é a reprodução que os moviam na maior parte dos casos, a exemplo das lutas feministas, estudantis, dentre tantas outras que não podem, a pretexto de um marxismo dogmático e ultrapassado, serem ignoradas. Para não se falar da relação homem-natureza a partir das inovações no campo da técnica, inaugurando novas relações sociais, estas mediadas pelo virtual. Baudrillard, o qual teve Henri Lefebvre como orientador, defendeu sua tese, *O sistema dos objetos* (2000), antevendo transformações nessa direção resultantes de uma dinâmica espaço-tempo fragmentada, diluída nos mais diversos recônditos da vida, desde as configurações do trabalho até as relações amorosas.

PÓS-MODERNIDADE: O CONSUMO E A CIDADE RIZOMÁTICA

Estas questões, espaço-tempo, signo, reprodução de relações sociais, grupos sociais, dentre outras, demarcam uma lógica temporal própria à pós-modernidade: a vida cotidiana, num espaço que também lhe é próprio: as cidades. Unidos, o espaço da cidade e o tempo da vida cotidiana configuram o fenômeno urbano, palco dos subsistemas, como o tão comentado subsistema do automóvel, uma vez que desvela toda uma gama de representações. É desse subsistema que são pensados os traçados da cidade moderna, permitindo o seu fluxo. Dele se originam sinais e sons que orientam ações e imprimem comportamentos. Podemos, tomando a sociedade pós anos 1970, falar de um subsistema engendrado com o advento da internet. Vertiginosa, porque alheia à relação espaço-tempo, a internet une, virtualmente, pessoas de lugares diversos, sendo que a comunicação por elas estabelecida elabora tessituras que fragilizam nossos parâmetros analíticos.

Esse subsistema é, de fato, paradigmático. Na medida em que ele afugenta-se do real, constituído que é por perfis não raras vezes manipulados a fim de apresentarem o que se pretende ver e não o que realmente são – neste particular, são risíveis os mecanismos utilizados a fim de se forjar identidades visuais nas redes sociais –, apresenta enigmas a serem decifrados, notadamente no tocante às representações virtuais, à estética, à linguagem, à comunicação, à informação. A internet, esse leviatã da pós-modernidade, arrefece os distintivos das classes sociais, pois que permite infinitas elaborações, obviamente no campo da virtualidade, das identidades e seus corolários. Leva os indivíduos dos mais distintos extratos sociais a se mobilizarem por causas genéricas, como a causa ambiental, tão em voga nos últimos anos. Mais que isso, ela converge diálogos, histórias de vida, experiências na não experiência

que sua dinâmica espaço-tempo preconiza, de sorte que os indivíduos perdem, subjetiva e ideologicamente, as condições que os tornariam pertencentes a esta ou aquela classe. Ou melhor, as condições de realização nesta ou naquela, o que seria o primeiro passo para suas consciências, não são suficientemente cumpridas.

Essas constatações e possíveis inferências apontam para o fato de que mesmo fantasmagóricas, mistificadas, seja lá qual o termo que melhor expresse o atual estágio de subjetividade instaurado pela pós-modernidade, é imprescindível considerá-las. O irreal deve ser tomado como expressão do real a fim de que este e sua concretude possam ser profundamente explicados. Fredric Jameson (2007), importante teórico contemporâneo da pós-modernidade, alerta para essa necessidade em seu clássico *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Esse pensador explora, com profundidade, as condições culturais que legitimam o pós-modernismo e que, via de regra, maculam o real em nome de um todo fragmentado ausente de sentido. O autor supracitado leva a cabo uma espécie de decodificação do pós-moderno, valendo-se da crítica à retórica. Quanto ao mercado, o qual subjuga a política e alicerça as bases econômicas da pós-modernidade, é oportuna a seguinte passagem: “a retórica do mercado tem sido o componente central e fundamental nesta luta ideológica, a luta pela legitimação ou deslegitimação do discurso de esquerda.” (JAMESON, 2007, p. 271).

A naturalização do mercado invadiu as instâncias mais subjetivas do ser social, incitando um comportamento hedonista, avesso à solidariedade, um comportamento cujo imperativo é a troca ao invés do uso, da satisfação individual, da aparência em lugar da essência, do concebido ao invés de um vivido verdadeiramente humano e plenamente emancipador. Resta apreender o emoliente desse mercado na pós-modernidade, o consumo. Baudrillard (2010) magistralmente apreendeu a sociedade de consumo gestada na segunda metade do século XX, uma sociedade devotada ao consumo de signos, cujo valor é a prestação social da mercadoria, o distintivo que ela promove entre os integrantes dos grupos sociais. Na medida em que esse consumo espraia por sobre os mais longínquos territórios e fornece substância ao cotidiano de indivíduos sob quaisquer condições, trabalhadores ou não, ele torna-se a um só tempo o que equaliza as classes sociais e o que as diferencia. Trata-se, pois, de mais um elemento na seara dos instrumentos ideológicos, de um mecanismo de domínio de classe? Talvez. O certo é que o consumo traz a tona problemas que não se encerram com esse argumento. Ele é, numa perspectiva mais abrangente, a manifestação incisiva da força que emana dos objetos. Portanto, dos signos, dos símbolos e dos sinais que estes exprimem.

Princípio ativo da chamada globalização, o consumo integra/desintegra povos e culturas a partir dos ditames do mercado. Encampado pelas grandes corporações e suas estratégias geopolítico-territoriais, esta vigorosa luz transcendental, o mercado, cujos feixes percorrem

de norte a sul e de leste a oeste o universo, encarrega-se de *desterritorializar* a filosofia², o pensamento, cavando um buraco no qual são soterrados não apenas o homem enquanto produtor de obras, mas também o homem produtor de sua história e, portanto, capaz de problematizar sua vida e os acontecimentos. Com efeito, o mercado a tudo invade, sobrepujando o mundo da vida. Mas há que se sair da sombra da pós-modernidade e da vida cotidiana que esta acirra com veemência, romper os grilhões que não mais se reduzem ao trabalho e ao salário que aparentemente lhe compete. Amiúde complexos, os grilhões do mundo pós-moderno estão incrustados no campo semiótico, e seus discursos, nas roupas, automóveis, eletrodomésticos, mas também nos seguros, como o do automóvel, que justifica o desperdício em demasia. O desperdício, expressão da irracionalidade do capital, nos desvela quão difíceis é o exercício de apreensão das atuais condições de reprodução do modo de produção capitalista.

Deve-se, pois, partir da reprodução, como já dito em outros termos. Se a reprodução, cultural por excelência, porque obtida a partir das práticas sociais, promove um campo cego que dificulta as abordagens e seus diagnósticos, ela também engendra os elementos que configuram a diferença. É da repetição que surge o diferencial, já dizia Lefebvre (1968). Na repetição está contido o devir, o vir a ser, o porvir, anúncio do acaso em meio a um caótico campo de imanência, em meio a um caótico território que descumpra sua forma, sua estrutura e sua função, contrariando desta sorte os princípios de sua concepção. Como? Pelo vivido, só ele destitui o concebido. Isto é espaço social, a relação entre os homens e o território para além do lócus de suas casas, mas enquanto instância que qualifica suas vidas, que promove ou não o encontro, espaço das relações sociais que, ao conformá-las, germina elaborações do espaço, fecundando representações.

Na medida em que parte da unidade entre homem e natureza, o conceito de espaço social permite que o estudo da cultura não deságue em um culturalismo, em um desprezo pelas condições materiais de existência dos indivíduos. Por seu turno, o espaço é a própria materialização das ações sociais e sua materialidade, lócus e matéria das aventuras humanas. Ele é, por isso, produto e obra, constructo fenomênico e histórico, a um só tempo físico, social e mental. Sua expressão máxima contemporânea é a cidade, arena da reprodução, das práticas sociais alienadas e alienantes, da cultura, das investidas do mercado, espaço do mercado e mercado do espaço concomitantemente, do consumo, consumo de produtos e consumo de espaço, uma vez mais, concomitantemente. Ela é, destarte, o plano físico da pós-modernidade e a própria pós-modernidade, uma vez que terreno do fenômeno urbano. Nessa perspectiva, a cidade é, ainda, valores, condutas, comportamentos, relações sociais, vida cotidiana finalmente.

²Magistralmente, Deleuze e Guattari (2010, p. 103) postularam uma geofilosofia, a qual tem que “*Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra.*”

Ao se dar conta da essencialidade da cidade e do urbano na modernidade, Henri Lefebvre (2001) derramou tinta e nos legou uma de suas principais obras, *O direito à cidade*.

Caleidoscópio da vida cotidiana, a cidade contemporânea, a qual coaduna indústria, comércio e serviços extremamente diversificados, compreende um complexo, extenso e enigmático labirinto, o labirinto da pós-modernidade. Sua complexidade vai da cotidianidade (o mimético e rotineiro) até a filosofia. Sua extensão incorpora, por um lado, elementos de um campo metamorfoseado em agroindústria, por outro, um plano virtual de relações sociais, instaurado com o advento das redes sociais pela internet, passando pelo fornecimento dos mais diversos serviços, a exemplo do *personal trainer*, distintivo profissional do culto ao corpo, *ipso facto*, valordesigno pela prestação social que provoca (BAUDRILLARD, 1995). Por fim, seu caráter enigmático está em que se pode vislumbrar, sem reservas, algo de novo, um porvir, dada a confusão que se tem operado na cidade a partir da sua composição espacial triádica. Ora é o espaço físico que não suporta as pulsões do espaço social; ora é o espaço mental que em nada se desdobra do espaço físico ou mesmo do social; ora é o próprio espaço físico que não possui direção. Com efeito, muitas elaborações mentais hodiernas resultam das imposições do virtual. Nesse sentido, as relações sociais têm se transubstanciado completamente, independentemente até do espaço físico, o qual outrora se lhe apresentava indispensável.

Note que o processo aqui fortuitamente denominado de transubstanciação é, numa pretensão filosófica, a própria *desterritorialização e reterritorialização* de que falam Deleuze e Guattari (1992, 1997) ao postularem uma epistemologia *rizomática*. Materialidade filosófica e não filosófica do *rizoma*, a cidade contemporânea é, assim como este, *a-centrada*. O que está em questão nessa cidade não são as polaridades (início-fim, dentre outras), mas as mediações. A multiplicidade que dela emerge conturba a racionalidade na qual esta presumivelmente se ancorava. Uma geofilosofia da pós-modernidade é, pois, *rizomática*, partindo de um sistema aberto cujos acontecimentos redefinem veloz e constantemente os conceitos. Foram proferidas, aqui, algumas pistas que permitem compreender esse labirinto da pós-modernidade, a cidade contemporânea. Nele, porque *rizomático*, o acaso, o extraordinário, o inesperado sentencia os indivíduos à partilha de experiências originais. Tal qual o fio de Ariadne, a insurreição do super-homem tem se dado seja no discurso filosófico, na demarcação do território ou mesmo na elaboração mental dos acontecimentos e suas circunstâncias ou, ainda, porque não, pela internet, um moderno labirinto cuja rota pode ser registrada e, caso não seja, pode se dar a partir da tentativa-erro, a chamada estratégia de Ariadne louca; não seria uma Ariadne caótica? Este labirinto, deve-se considerar, não tem saída. Temos muito que decifrar de uma sociedade por excelência informacional, na qual o mercado, os objetos e até mesmo os lugares comunicam. Não falam, mas comunicam.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Há um espaço pós-moderno, a cidade contemporânea, a cidade *rizomática*. Produto das condições da modernidade, nela recorrentes contradições demarcamos convívio entre as três instâncias espaciais, a saber: a física, a social e a mental. Múltipla, caótica, indescritível, ela é caleidoscópica. Engendra culturas originais, incita o consumo, se consome em suas indeterminações, como o plano virtual das relações sociais, o qual instaura sem um *topo*, sem um lugar. Há, nela, na cidade *rizomática*, classes sociais, uma burguesia e um proletariado? Não nesses moldes. Há um gradiente de camadas sociais, especialmente as camadas médias, cujas representações, práticas sociais, condutas e valores não são compartilhados com os operários, minoria enquanto agrupamento social, não mais portador de uma potencialidade revolucionária, a despeito das premissas de um marxismo ortodoxo. A cultura, posto que emoliente da reprodução das relações sociais consiste, por outro lado, na pedra de toque da pós-modernidade. É por meio dela que estudantes, profissionais liberais, operários, dentre outros, devem promover a busca pela transformação total, pela mudança de vida. Por enquanto, *u-tópico*, outrostopos, outro lugar. Por enquanto, o possível do qual descortinará o espaço diferencial cujo anúncio já se vislumbra pelo acaso. Um espaço caótico, como o espaço virtual, donde emergem novas tessituras sociais e irrompem estratégias para a saída de um labirinto, o da pós-modernidade, o qual, a despeito da linearidade do pensamento e da história, não possui saída. Cabe apreender seu percurso, suas *a-centralidades* para que possamos atingir com mais acuidade o real, ou não, a depender do que se entende por real. Neste particular, a comunicação é fulcral como elemento de compreensão na medida em que *conditiosinequa non da pós-modernidade*.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo**. Rio de Janeiro: Elfos Ed; Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. **O sistema dos objetos**. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições70, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **Mil Platôs**. São Paulo: Editora 34, 1997.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'Arche Éditeur, 1961. Três tomos.

_____. **La vie quotidienne dans le monde moderne**. Paris: Gallimard, 1972a.

_____. **Hegel, Marx, Nietzsche ou O reino das sombras**. Póvoa de Varzim: Ulisseia, 1976.

_____. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

PAULANI, Leda. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

TOURAINE, Alain. **Um novo paradigma: Para compreender o mundo de hoje**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.